

PEC do Corte de Gastos pode ficar para 2025

Congresso corre para aprovar medidas antes do recesso

Por Karoline Cavalcante

O Congresso Nacional entra na última semana de atividades antes do recesso parlamentar e, neste período, enfrentará uma corrida contra o tempo para aprovar medidas essenciais. Na última sexta-feira (13), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou a liberação de até R\$ 7,6 bilhões em emendas parlamentares até esta segunda-feira (16).

Esses recursos serão divididos em R\$ 3,4 bilhões destinados a emendas individuais, alocadas conforme a indicação de parlamentares específicos, sendo que R\$ 3,19 bilhões desse valor serão utilizados por meio das chamadas emendas Pix, que permitem a transferência direta de valores para prefeituras ou governos estaduais. Além disso, R\$ 3,8 bilhões para as emendas voltadas para a área da saúde. Por fim, R\$ 373 milhões direcionados a emendas de bancada.

Essa liberação por parte do Palácio do Planalto visa diminuir a tensão com o Congresso Nacional para buscar aprovação de temas como o pacote fiscal, o orçamento de 2025 e a regulamentação da reforma tributária.

Peça-chave

O cientista político Tiago Valenciano apontou que o orçamento de 2025 será uma peça-chave para fortalecer o relacionamento do governo com prefeitos de todo o país, especialmente os de cidades com até 500 mil habitantes. “O governo usa as emendas como uma maneira de garantir apoio, especialmente nas regiões onde a aceitação de



Lula Marques/Agência Brasil

Esforço total no plenário esta semana para cumprir a pauta de votação

Lula ainda é desafiadora”, disse Valenciano.

O pacote

O pacote fiscal é composto por três medidas: o Projeto de Lei (PL) 4614/2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024. O PL 4614 e o PLP 210 já passaram por aprovação na Câmara dos Deputados.

Além do pacote, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional ainda precisa aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A LDO estabelece as metas e prioridades da administração pública para o ano seguinte e serve de base para a LOA, que define o orçamento do governo. Após a aprovação no colegiado, serão deliberadas

em sessão conjunta de deputados e senadores que deve acontecer até quinta-feira (19).

Para acelerar a análise dos projetos prioritários, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), determinou o cancelamento de todas as reuniões de comissões entre os dias 12 e 20 de dezembro. O período será dedicado exclusivamente à discussão e votação das propostas no Plenário, conforme publicado em edição extra do Diário da Câmara.

Expectativas

O doutor em ciência política Leandro Gabiatti, porém, avalia que a PEC deve ficar para o próximo ano. “O pacote de medidas fiscais não é o ideal, mas, ao mesmo tempo, os fatores econômicos, principalmente os investidores, acabam tendo um cenário de mais certeza

com essas regras sendo aprovadas até o final do ano. Acho que a tendência é de aprovação da reforma tributária na Câmara [depois da aprovação no Senado na semana passada], e, em seguida, o envio à sanção da aprovação dos dois projetos de medidas fiscais. A PEC ficaria pendente para 2025. Finalmente, o orçamento, incluindo a LDO e a LOA, também deve ser aprovado na próxima semana”, afirmou Gabiatti.

A PEC em questão inclui a redução do abono salarial, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Câmara deve aprovar reforma tributária nesta semana

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados deve pautar o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária, até terça-feira (17). Na última quinta-feira (12), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou o cancelamento de todas as reuniões de comissões até sexta-feira (20), último dia antes do recesso parlamentar. Com isso, a Casa concentra sua agenda no Plenário durante a semana, para acelerar a análise de projetos prioritários.

Em análise do doutor em Ciência Política Leandro Gabiatti, a necessidade de que o Congresso aprove tanto a reforma tributária quanto as medidas fiscais é evidente. “Os fatores econômicos dependem muito disso. Todos nós gostamos de regras claras, de certeza”, destaca Gabiatti. Ele ainda aponta que, ao definir a reforma tributária antes do recesso, o país poderá iniciar 2025 com um cenário “mais previsível em relação aos tributos”.

Por sua vez, o cientista político Tiago Valenciano destacou a complexidade da implementação do projeto, que, segundo ele, possui uma baixa probabilidade de aprovação neste ano. “A reforma tributária é um tema que não vai agradar quase ninguém no Brasil. Até porque as pessoas estão acostumadas



Antônio Cruz/Agência Brasil

Texto de Eduardo Braga foi aprovada no Senado

com a cadeia da maneira que está acontecendo”, iniciou. “A minha preocupação maior é a operacionalização disso tudo daqui pra frente, tanto no âmbito municipal quanto no âmbito estadual. Ou seja, entender o que é a reforma e como ela vai contribuir e transformar a vida das pessoas, sobretudo os agentes públicos, que vão sofrer até conseguir organizar todas as mudanças”, complementou Valenciano.

Após uma extensa sessão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, o plenário da Casa aprovou, na última quinta-feira (12), o primeiro projeto que regulamenta a reforma tributária. Como o

texto sofreu alterações, ele agora retorna à Câmara dos Deputados para nova análise.

Imposto Seletivo

Entre as principais mudanças no texto relatado por Eduardo Braga (MDB-AM), está a retirada das armas e munições, além das bebidas açucaradas (como refrigerantes), do Imposto Seletivo. Inicialmente, o relatório incluía ambos os itens, mas parlamentares da oposição conseguiram garantir a isenção tributária para esses produtos. O Imposto Seletivo, também conhecido como “imposto do pecado”, incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio

ambiente. Caso a Câmara concorde com o entendimento, a isenção será mantida.

Ao comentar sobre a aprovação, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), expressou preocupação com a exclusão desses itens do imposto. “Tenho restrições a armas de fogo e considero que elas devem ter uma lógica mais restritiva para a população, mas naturalmente respeito a decisão da maioria do Senado”, afirmou Pacheco.

Ao Correio da Manhã, o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), que ficou responsável por presidir a primeira comissão especial da reforma tributária no Congresso, revelou que já movimentações para reverter o máximo possível das modificações feitas no texto original e que o projeto possui mais aspectos positivos que negativos. “A Câmara é a origem do projeto, e é ela quem tem a palavra final. Vamos revisar muitas dessas mudanças”, afirmou Lopes.

O PLP 68/2024 visa viabilizar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual), substituindo cinco tributos atuais (ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins) por três novos: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal; e o Imposto Seletivo, de competência federal.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Mário Agra/Câmara dos Deputados



Arthur Lira quer votar todas as pendências

Pagou, votou: emendas facilitam análises de projetos

O início do pagamento das emendas parlamentares que estavam repesadas acalmou os ânimos na Câmara e afastou o caminho para a votação, ainda neste ano, de projetos de interesse do governo, como os do pacote fiscal.

Os mais otimistas preveem até mesmo a aprovação definitiva da regulamentação da reforma tributária, modificada

pelo Senado. Há um consenso de que deputados vão mudar alguns pontos, mas nada muito complicado. O projeto, afinal, já foi muito discutido por lá.

Se for aprovada, mesmo com alterações, a proposta irá direto para a sanção presidencial, sem necessidade de passar novamente pelos senadores. O orçamento de 2025 é outro projeto que deverá sair rapidamente do limbo.

Agradecimentos

Deputado de partido da base afirma a liberação até de verbas vetadas pelo Supremo Tribunal Federal melhorou de vez o humor na Câmara. “Os prefeitos já começaram a telefonar para agradecer”, diz. Ou seja, os projetos devem ser votados e aprovados com rapidez.

BPC emperra

O grande enrosco é a proposta que aperta regras para concessão do Benefício de Prestação Continuada, pago a pessoas com deficiência e idosos pobres. O PDT vai apresentar emenda suprimindo algumas malhas. Do jeito que está, não vota a favor.



Carlos Moura/STF

Ministro Cristiano Zanin relatou o processo

STF derruba artigos de Código Ambiental gaúcho

O Supremo Tribunal Federal decretou a inconstitucionalidade de normas instituídas pelo Código Ambiental do Rio Grande do Sul, sancionado pelo governador Eduardo Leite (PSDB) em 2020.

Entre outras decisões, o STF restringiu a possibilidade de autolicensing apenas para empreendimentos de pequeno

potencial degradador.

O código passara a permitir a emissão da Licença Ambiental por Compromisso (LAC) de maneira irrestrita mediante uma Declaração de Adesão e Compromisso emitida pelo empreendedor.

A LAC podia ser concedida até para 31 atividades de alto e médio potencial poluidor.

Regularização

Em julgamento no plenário virtual, a maioria dos ministros do STF também declarou inconstitucional a possibilidade de regularização, mediante algumas condições, de empreendimentos ou atividades em operação que não haviam cumprido exigências de licenciamento.

Terceirização

A corte também derrubou a possibilidade de o órgão ambiental terceirizar atividades, contratar profissionais ou empresas para “contratar pessoas físicas ou jurídicas capacitadas ou realizar convênios, parcerias ou outros instrumentos de cooperação”.

Sem saída

A prisão do general Braga Netto e a grande possibilidade de hoje inequivel Jair Bolsonaro também ir para a cadeia reforçaram no PL o sentimento já despertado pela última pesquisa Quaest: o ex-presidente começa a ser tratado como carta fora do baralho para 2026.

Sem família

Por enquanto, as conversas são discretas, ninguém quer cutucar o ex-capitão com vara curta, mas no partido cresce a discussão de se buscar alternativas fora da família Bolsonaro. Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) tem sido muito elogiado.